

R T P

POSIÇÃO PÚBLICA

Para um país com uma dimensão territorial, demográfica e económica como a de Portugal, a que acresce uma identidade e cultura milenares e uma diáspora universal, a existência de um meio de afirmação da sua identidade cultural constitui-se, no actual quadro de mundialização, como um instrumento e reserva de soberania que deve ser reforçado.

Neste enquadramento, tanto ou ainda mais grave do que os recorrentes e acrescidos déficits da RTP, será o facto de a televisão do Estado nunca ter assegurado completamente essa função, quer nos canais vocacionados para o território nacional, quer inclusivamente nos canais dirigidos para a emigração e para os países de expressão portuguesa, onde somente a espaços essa função é cumprida. Apesar de a RTP ser um património afectivo dos portugueses, é hoje uma estação inviável e não diferenciada da concorrência.

Provou-se também, aliás, que a iniciativa privada, apesar de se reger por outro tipo de objecto, era tão ou mais capaz de assegurar essa função, de que são exemplos a TSF e a SIC Notícias.

Independentemente das suas causas, é unânime o reconhecimento de que a situação é de facto insustentável, de que urge encontrar uma solução que, à luz de uma estratégia de serviço público bem definida, cumpra, por uma vez e sem desperdício, os objectivos acima enumerados.

Por isso, se outro mérito não tivesse tido, aplaude-se a iniciativa governamental pela oportunidade de discussão pública que suscitou.

No entendimento da Associação Comercial do Porto, é imperativo refundar a RTP e encontrar um modelo estratégico e de gestão que obedeça aos seguintes princípios e os salvguarde:

- 1º Tratando-se de um serviço público, é imperativo nacional criar uma estação de televisão pública que sirva os interesses do Estado e os dos cidadãos de Língua Portuguesa, em território português e no estrangeiro, ágil, credível e assente em critérios de rigor e uma estratégia que releve conteúdos de qualidade às audiências, com uma correcta descentralização dos centros de produção e diversificação de temas.

- 2º O serviço internacional da nova televisão deverá poder sub-contratar, adquirir ou utilizar programação de outros canais nacionais, cuja qualidade e interesse se coadunem com a promoção da identidade nacional. Este serviço internacional deve servir a nova “marca Portugal” que urge afirmar, por razões da nossa competitividade, e servir para a divulgação do País, das suas oportunidades de crescimento e investimento junto das comunidades lusófonas, em parceria com o ICEP. Deve ser igualmente instrumento de parceria na cooperação com os PALOP, em colaboração estreita com as estruturas da Cooperação do Estado Português.
- 3º Forçoso é que princípios de natureza legal e deontológica sejam criteriosamente cumpridos, sob pena de adequadas sanções. Para isso defendemos a criação de um órgão novo, provedor e sancionador da actividade audio-visual.
- 4º A liquidação de activos da RTP terá sempre de ser precedida de uma análise patrimonial de índole estratégica. O immobilizado corpóreo, os arquivos de imagem e fundamentalmente o “share” publicitário, deverão ser acautelados.
- 5º Resolvidos que estejam os aspectos anteriores sem prejuízo público, não nos repugna uma televisão pública, financiada por uma taxa ou por uma dotação orçamental fixa de médio e longo prazo, cujo crescimento esteja em qualquer dos casos balizado e que aproveite a experiência e a qualidade de muitos dos profissionais da RTP.
- 6º Atento o património e o valor intrínseco das instalações do Monte da Virgem, a Associação Comercial do Porto recomenda e sugere a retoma da promoção de um “media parque” para esse espaço, aproveitando-se e potenciando-se competências entretanto desenvolvidas nesta região, numa perspectiva de produção e comercialização de conteúdos quer para clientes de proximidade, quer para a criação de condições de atractibilidade, domiciliação da rodagem de filmes e documentários.

Porto e Associação Comercial,
em 14 de Maio de 2002